

N O T A D E L E I T U R A

A Revista *Lusitania Sacra* (1956-2006)

um projecto e um percurso historiográfico

*Se hoje existe
uma grande apetência
por tudo o que se refira
às religiões e ao religioso,
há, no entanto,
que perguntar:
que espaço existe
para uma reflexão
disciplinar própria,
aberta às aquisições
e propostas
de outras ciências sociais,
tal como a Sociologia,
a Antropologia
ou a Teologia,
sem cedências
a globalismos e visões
holísticas tão em moda?*

Paulo Fontes

*Professor de História
e investigador no Centro
de Estudos de História Religiosa
da UCP;
Membro da Direcção da Revista
Lusitania Sacra*

1. Duas iniciativas, um mesmo projecto: desde os seus primórdios, em 1956, a revista *Lusitania Sacra* foi pensada como expressão de um projecto mais amplo que implicava a criação de um Centro de Estudos, então designado como de História Eclesiástica (CEHE), fundado por iniciativa particular de alguns historiadores, na sua maioria também eclesásticos. As duas realidades foram pensadas em conjunto e evoluindo paralelamente, embora o trabalho do CEHE se tenha paulatinamente circunscrito a preparação e edição da revista até 1978. Essa articulação pesou no momento do relançamento do projecto inicial de trabalho já nos anos 80 do século XX, através da integração (1984) e posterior refundação (1988) daquele Centro no âmbito da Universidade Católica Portuguesa, com o lançamento de uma segunda série da revista (1989), que regularmente se vem publicando até aos dias de hoje¹.

1.1. A constituição do CEHE viu a luz do dia a 5 de Janeiro de 1956 e a publicação do primeiro tomo da revista refere-se ao mesmo ano, sublinhando essa articulação. No entanto, de 1956 a 1978, o trabalho do Centro confinou-se à edição, mais ou menos regular, da revista (num total de 10 tomos), devido nomeadamente à falta de tempo dos seus membros e de meios disponíveis que permitissem desencadear um trabalho mais vasto de formação e animação cultural, chamemos-lhe assim. Foi

¹ Para consulta dos índices publicados, ver <http://www.ucp.pt/site/custom/template/ucptplminisite.asp?sspageID=1997&lang=1>.

PAULO FONTES

um trabalho que envolveu quer alguns académicos ligados à história da Igreja, quer os historiadores “oficiais” das principais congregações religiosas existentes no país, como adiante se verá.

1.2. Por seu lado, o posterior «Acordo entre a Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa e o Centro de Estudos de História Eclesiástica», assinado pelos professor Joaquim Carreira das Neves, da direcção da Faculdade, e o cônego Isaías da Rosa Pereira, da direcção do CEHE, a 1 de Dezembro de 1984, e que definia a integração do Centro na Universidade, confirma explicitamente a umbicalidade das duas iniciativas, conforme o ponto 6 do referido Acordo: «A Universidade Católica Portuguesa compromete-se a publicar a revista *Lusitania Sacra*, que é o órgão científico do Centro, nos mesmos moldes que até aqui se publicou, sem prejuízo de, no futuro, se lhe poder dar nova forma de acordo com deliberação, por maioria absoluta dos membros efectivos do Centro de Estudos e História Eclesiástica».

1.3. No entanto, foi só em 26 de Fevereiro de 1988 que, sob a presidência de D. José da Cruz Policarpo, então director da Faculdade de Teologia, se efectuou a primeira reunião refundadora do Centro, que elegeu nova direcção do mesmo, votou a alteração do nome do Centro de Estudos de História Eclesiástica para Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) e programou o relançamento da revista *Lusitania Sacra*. Com uma direcção presidida pelo Prof. Doutor António Montes Moreira e integrando como vogais os Professores Doutor Pio Alves de Sousa (Braga) e Doutor Carlos Moreira Azevedo (Porto) e como secretário o Dr. Paulo Fontes, o novo CEHR lançou, com grafismo e estrutura renovados, o primeiro número da segunda série da revista em 1989. Integrava ainda a Direcção da revista o Prof. Doutor Luis António Oliveira Ramos, da Universidade do Porto, convidado na ocasião do relançamento da revista, enquanto expressão da vontade do Centro alargar a colaboração a todos os que no conjunto da Universidade e demais instituições se interessavam pelo estudo, investigação e ensino da história religiosa de Portugal.

2. No impulso inicial que deu origem ao primeiro ciclo de vida do centro e da revista, dois aspectos foram marcantes: por um lado, a realização em Roma, entre 3 e 11 de Setembro de 1955, do X Congresso Internacional de Ciências Históricas; por outro lado, a importância que os historiadores ligados ao estudo da missão e à presença das ordens e congregações religiosas no país tiveram no projecto e produção inicialmente publicada na revista.

2.1. O primeiro destes factos atesta a importância que a dinâmica internacional teve no desenvolvimento da história eclesial. De facto, foi na sequência da participação portuguesa no X Congresso Internacional de Ciências Históricas – assegurada pelos professores Torquato de Sousa Soares, Virgínia Rau e António da Silva Rego, entre os mais de 1600 historiadores de todo o mundo - e do contacto com a chamada Comissão Internacional de História Eclesiástica Comparada, que integrava, à data, trinta subcomissões nacionais, que em Portugal se pensou a criação de um centro de estudos e de uma revista especializada neste domínio, à semelhança do que já acontecia noutros países (v.g.: Espanha). Vale a pena sublinhar aqui um elemento do contexto cultural da época: de facto, o desenvolvimento da investigação e reflexão históricas levado a cabo nos diversos países europeus, na primeira metade do século XX, permitira ultrapassar uma concepção cientificista da história, ao mesmo tempo que a reflexão teológica convidava, no campo católico, à superação da “questão modernista” do princí-



pio do século XX. A valorização da ideia de historicidade e a sua distinção do historicismo, entendido como sistema de pensamento histórico-filosófico redutor, faz então parte do debate cultural. O texto de “Saudação” de D. António Ferreira Gomes, com que a revista *Lusitania Sacra* abria, em 1956, remete precisamente para este debate: “A história suicida-se também no historicismo; e nesse desastre perde-se também o homem e o seu sentido do destino, tanto individual como colectivo.” [*Lusitania Sacra*, 1 (1956), p. 8.]

2.2. O segundo facto resulta da simples análise dos nomes que integraram a primeira Comissão de Redacção da revista e a Comissão Organizadora do Centro de Estudos de História Eclesiástica:

António Brásio (1906-1985), padre da Congregação do Espírito Santo, responsável da revista *Portugal em África*, relançada em 2.^a série em 1944, activo colaborador das comemorações henricinas, autor, entre outras obras, de *Monumenta Missionária Africana* (num total de 22 vols. volumes em duas séries, 1952-), *Spiritana Monumenta Historica* (5 vols.) e ainda *História e Missiologia* (1973);

António da Silva Rego (1905-1986) que, encarregue de estudar as missões portuguesas do Oriente, se licenciou em Ciências Históricas na Universidade de Lovaina (1942), vindo a publicar vasta obra no campo da missionologia e da história missionária, em particular: *O Padroado Português do Oriente: esboço histórico* (1940); *Documentação para a história das missões do Padroado Português do Oriente* (12 vols., 1947-1958); *História das missões do Padroado Português do Oriente: Índia, 1500-1542* (1949). Foi professor do Instituto de Ciências Sociais e Política Ultramarina (desde 1946), director da Fimoteca Ultramarina Portuguesa (desde 1952), presidente do Centro de Estudos Históricos Ultramarinos (desde 1955), académico da Academia Portuguesa de História e da Academia das Ciências de Lisboa. Foi também procurador à Câmara Corporativa como representante do episcopado católico ultramarino e vogal do Conselho Ultramarino.

Avelino de Jesus da Costa (1908-2000), membro do clero diocesano de Braga e professor da Universidade de Coimbra desde 1952, onde fez brilhante carreira académica. Distinguiu-se no campo da história medieval e eclesiástica, com particular enfoque no estudo da história da arquidiocese bracarense, dos seus prelados e instituições, a par de uma vasta obra nos domínios da paleografia e diplomática, abarcando ainda outros saberes como a cronologia e a codicologia, a sigilografia e a epigrafia. Do seu labor historiográfico resultaram também importantes contribuições no campo da edição de fontes, figurando entre as mais significativas, para além do volume de documentos que acompanha a sua tese de doutoramento sobre *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga* (1959), as edições do *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae* (3 vols., 1965-1990), do *Livro Preto: cartulário da Sé de Coimbra* (1999), dos testemunhos e actas dos sínodos portugueses medievais (1982), dos documentos régios emanados durante o governo de Sancho I (1979) e a vasta recolha de diplomas pontifícios do século XIII relativos a Portugal (1963), cuja publicação se restringiu, até hoje, ao pontificado de Inocêncio III (1989).

Bernardo Xavier Coutinho (1909-1987), padre da diocese do Porto, foi professor no seu seminário. Frequentou também a Universidade de Lovaina, onde estudou Filologia românica e Ciências históricas. Como Professor do Seminário do Porto investigou e publicou diversos estudos, privilegiando duas paixões: Camões e o Porto. Defendeu tese de doutoramento em 1938 sobre o tí-

PAULO FONTES

tulo dos Lusíadas. Foi professor da Faculdade de Letras do Porto (1966-1979) e da Universidade Livre e depois Portucalense (1980-1986).

Mário Martins (1908-1990), membro da Companhia de Jesus, foi académico de número da Academia Portuguesa da História, professor da Faculdade de Teologia em Braga e investigador de História e Literatura Medievais. Profundo conhecedor da literatura e da espiritualidade medievais – não só portuguesas – produziu algumas das mais importantes obras neste domínio entre nós, dando a conhecer autores e textos esquecidos, e propondo sugestivas e eruditas interpretações dos mesmos. Entre a sua vasta bibliografia, salientam-se as *Correntes da Filosofia em Braga dos séculos IV a VIII* (1950), os *Estudos de Literatura Medieval* (1956), *Peregrinações e livros de milagres na nossa Idade Média* (1957), *Estudos de cultura medieval* (3 vols., 1969-1983), e a *Introdução histórica à vidência do tempo e da morte* (2 vols., 1969).

Miguel de Oliveira (1897-1968), oriundo também da diocese do Porto, foi em Lisboa que se radicou e desenvolveu o seu trabalho tanto no campo jornalístico, como historiográfico, o qual lhe valeu, em 1951, a entrada na Academia Portuguesa de História. Foi jornalista e chefe de redacção (1925-1932) do diário *Novidades* e conselheiro editorial da União Gráfica desde 1932, tendo sido co-autor do *Anuário Católico de Portugal* (edições de 1931, 1932, 1933). Entre as sínteses históricas que proporcionou ao meio português encontra-se a *História da Igreja* (de 1938 a 1959, 4 edições) e a *História Eclesiástica de Portugal* (de 1940 a 1968, 4 edições). Publicou muitos outros trabalhos, suscitando ou participando em polémicas de cariz historiográfico, nomeadamente em torno da batalha de Ourique, da origem das paróquias rurais portuguesas, da hagiografia portuguesa, do culto mariano em Portugal, da história das dioceses, da vida litúrgica, etc.. A questão teológico-histórica que mais relevo teve no combate polémico de Miguel de Oliveira foi a do clero diocesano, em artigo publicado na revista *Lumen* (1950). Grande impulsor do Centro de Estudos de História Eclesiástica, foi responsável pela direcção da *Lusitania Sacra* até 1967.

2.3. Para além dos membros da «Comissão de Redacção» da revista, encontram-se entre os principais colaboradores da primeira série da revista *Lusitania Sacra* outros nomes relevantes da historiografia portuguesa e outros estudiosos, a saber: A. A. Martins Marques; A. Antunes Borges; Armando de Jesus Marques; Charles-Martial de Witte; Celestino Pires; Eduardo Brazão; Florêncio Marques Rodrigues; Francisco Félix Lopes; Isaías da Rosa Pereira; J. Pacheco Preto; Joaquim O. Bragança; José Mattoso; Manuel Augusto Rodrigues; Manuel Maria Wermers; Maur Cocheril; Pedro Rocha; e Raúl de Almeida Rolo. Seria útil, neste contexto analisar até que ponto o percurso académico de muitos destes historiadores contribuiu para a renovação do estudo da literatura e história religiosas do país.

3. A refundação do Centro, em 1988, e o relançamento da revista um ano depois, em 1989, alicerçou-se em dois pilares principais: por um lado, a redefinição e alargamento de objectivos do trabalho a realizar; por outro lado, a procura de envolvimento de um leque alargado de membros, reunindo não apenas os professores de história da Igreja da Faculdade de Teologia mas também outros professores e investigadores ligados às mais diversas instituições de trabalho, para além da Universidade Católica Portuguesa.

3.1. Como se escrevia em 1989, «A alteração do nome do Centro de Estudos procura traduzir os actuais objectivos de trabalho: realização e promoção do estudo da histó-

ria da Igreja em Portugal, dentro do quadro mais vasto da análise do fenómeno religioso na sociedade portuguesa.» E acrescentava-se uma caracterização acerca da realidade cultural então existente: «Actualmente a história e a sociologia religiosa ocupam lugar relevante ao nível da produção cultural e no interior da reflexão e do debate sociais. O seu estudo constitui referencial e memória para as próprias comunidades cristãs, e no contexto da secularização e pluralismo das diferentes sociedades, este nível de investigação e de produção intelectual favorece um melhor conhecimento das raízes da contemporaneidade.» Seria neste contexto que então se definia como «uma dimensão fundamental no trabalho do Centro de Estudos de História Religiosa» o «contribuir no debate cultural para o aprofundamento das análises acerca da Religião e Sociedade e, muito particularmente para a reflexão sobre o papel do catolicismo na estruturação da sociedade portuguesa». [In *Lusitania Sacra*, 1 (1989) p. 338]. Volvidos todos estes anos, estes objectivos parecem mais actuais do que nunca. No entanto, vários aspectos do contexto cultural alteraram-se. Será esses aspectos que o CEHR terá de identificar e avaliar para poder aprofundar o seu projecto de trabalho hoje.

3.2. Do envolvimento de uma vasta rede de pessoas resultaram, genericamente, alguns avanços relativamente à situação inicial, de que aqui ressaltamos: por um lado, a aceitabilidade da ideia de “história religiosa” como horizonte de reflexão e especialização da história da sociedade em geral; em segundo lugar o avanço da investigação e de uma certa síntese – mais avançada ou recuada, conforme as épocas históricas e os domínios de especialização – que a publicação de um *Dicionário* e de uma *História Religiosa de Portugal*, num total de 7 volumes, e ditados pelo Círculo de Leitores e realizados sob o patrocínio científico do Centro e a direcção do Professor Doutor Carlos Moreira Azevedo, à época director do Centro, veio estimular e permitir. Que eco estas realizações e toda a reflexão que vem sendo feita e veiculada pelos mais diversos meios, entre os quais a própria *Lusitania Sacra*, tem tido na realidade do ensino e da aprendizagem da história, assim como no debate social é questão que fica em aberto para a reflexão de todos.

4. Cinquenta anos depois do lançamento da 1.^a série da revista e dezassete anos após o relançamento do projecto da revista e do Centro, onde se encontram os cultores da história religiosa? Que lugar específico para o Centro e a sua revista? Quais os principais vectores que podem ser identificados no trabalho realizado? Que desafios se colocam à história? De modo a suscitar o debate aqui ficam algumas hipóteses:

- Hoje, a ideia da história religiosa enquanto parte da história da sociedade parece relativamente aceite no quadro historiográfico português. No entanto, tal não significa a existência e, menos ainda, a consolidação de uma reflexão capaz de integrar e problematizar as questões que o terreno do religioso coloca ao fazer da história de Portugal. Como prosseguir?

- Se hoje existe uma grande apetência por tudo o que se refira às religiões e ao religioso, há no entanto que perguntar: que espaço existe para uma reflexão disciplinar própria, aberta às aquisições e propostas de outras ciências sociais, tal como a sociologia, a antropologia ou a teologia, sem cedências a globalismos e visões holísticas tão em moda?

- Desde o seu início, a questão da definição e formação de um público especializado no âmbito da história foi fulcral. Hoje, que a história enquanto área e formação profissional atravessa uma fase crítica e de reformulação, que es-



PAULO FONTES

paço e iniciativa para a história religiosa, nomeadamente no campo da história em geral e das formações no campo da cultura e do património religiosos, por exemplo?

Suscitadas pela oportunidade criada pelas celebrações do cinquentenária da revista *Lusitania Sacra*, estas e outras questões não são já, no entanto, questões de uma revista ou de um centro de estudos especializado, mas constituem, hoje, tópicos de reflexão a aprofundar e debater no seio da comunidade de investigadores e cultores da História, enquanto disciplina científica e memória crítica das sociedades.

